

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.488.647 - PE (2019/0108583-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MUNICIPIO DE SAO JOAQUIM DO MONTE
ADVOGADOS : FERNANDO OTÁVIO LAPENDA DE MELO E OUTRO(S) -
PE025230
JONATHANN RAFAEL DE MELO SILVA E OUTRO(S) -
PE042466
AGRAVADO : JOELMA FRANCISCA DE AMORIM SILVA
ADVOGADOS : RICARDO LUCIO SILVA DE CARVALHO - PE036944
LORENA UCHÔA DOS SANTOS E OUTRO(S) - PE034654

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por MUNICIPIO DE SAO JOAQUIM DO MONTE, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, assim ementado:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO APELAÇÃO CÍVEL
MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DO MONTE SERVIDORA PÚBLICA
MUNICIPAL RECEBIMENTO DO SALÁRIO DE DEZEMBRO DE 2012
E DIFERENÇAS DO 13º SALÁRIO INCIDÊNCIA DE JUROS E
CORREÇÃO MONETÁRIA RECONHECIMENTO DA SUCUMBÊNCIA
RECÍPROCA DESCABIMENTO DO PEDIDO DE REDUÇÃO DOS
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS NA SENTENÇA
INEXISTÊNCIA DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ APELAÇÃO A QUAL SE
DÁ PARCIAL PROVIMENTO DECISÃO UNÂNIME

1. Cinge-se a controvérsia à análise do direito da autora, servidora pública municipal, ao recebimento do salário do mês de dezembro de 2012, bem como da diferença do 13º salário respectivo, a título de juros e correção monetária, uma vez que fora pago em atraso pelo município réu.

2. No caso dos autos, constata-se que após o depósito do salário do mês de novembro de 2012, ocorrido em 05/12/2012, o município apenas efetuou o pagamento dos proventos do mês de janeiro de 2013, que se deu ao final do mês, mais precisa e e no dia 31, não havendo registro, portanto, do pagamento dos proventos do recorrido do mês de dezembro de 2012, tampouco do 13º salário respectivo. Sobre o 13º salário em questão, a autora requer apenas o recebimento dos juros e correção monetária devidos, em face do seu pagamento atrasado pela edilidade.

3. Assim, cabia ao município apontado como inadimplente, demonstrar nos autos o pagamento do valor cobrado, a fim de se desincumbir da obrigação. A teor do art. 373, inciso II, do CPC/ 2015 é ônus do réu constituir prova dos fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito do autor, e, não o tendo feito, deve arcar com o pagamento das verbas remuneratórias reclamadas.

4. Quanto à alegação do município recorrente de que não cabe a

aplicação de juros e correção monetária sobre os débitos fazendários, não há que prosperar. "Ao contrário do que afirma o Município, os juros e a correção monetária atuam sobre o débito dos entes públicos, e a Súmula Vinculante nº 17 suscitada na sua apelação apenas é aplicada em caso de precatório, o que não se observa no presente caso, já que não há ordem de pagamento expedida para constar na ordem dos precatórios, o que ocorrerá, se for o caso, após o trânsito em julgado da demanda". (TJPE, Apelação 441657-3, 1ª Câmara Regional de Caruaru - 2ª Turma, Waldemir Tavares de Albuquerque Filho, data da publicação: 22/02/2017)

5. Sobre o pedido de reconhecimento da sucumbência recíproca, assiste razão ao apelante, pois a apelada sucumbiu em relação ao pedido de recebimento de indenização pelos danos morais sofridos.

6. Por fim, não se vislumbra no caso em análise dolo processual apto a ensejar litigância de má-fé, sendo que os atos praticados pelo município apelante se enquadram no regular exercício do direito de defesa de seus interesses, que considera legítimos, cuja tese invocada não evidencia qualquer propósito de prejudicar o andamento do feito ou o direito do apelado estar em juízo, não estando atingida a dignidade da Justiça.

7. Apelação a qual se dá parcial provimento por unanimidade dos votos.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não há a indicação clara e precisa do dispositivo de lei federal tido por violado, pois nas razões do recurso especial não se particularizou o parágrafo/inciso/alínea sobre o qual recairia a referida ofensa, incidindo, por conseguinte, o citado enunciado: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já consignou que "o recurso especial não é um menu onde a parte recorrente coloca à disposição do julgador diversos dispositivos legais para que esse escolha, a seu juízo, qual deles tenha sofrido violação. Compete à parte recorrente indicar de forma clara e precisa qual o dispositivo legal (artigo, parágrafo, inciso, alínea) que entende ter sofrido violação, sob pena de, não o fazendo, ver negado seguimento ao seu apelo extremo em virtude da incidência, por analogia, da Súmula 284/STF" (AgRg no AREsp 583.401/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 25/3/2015).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp n. 1.229.292/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 4/9/2018; AgInt no AgRg no AREsp n. 801.901/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de

1º/12/2017; AgInt nos EDcl no AREsp n. 875.399/RS, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 1º/8/2017; AgRg no Ag n. 341.240/SP, relator Ministro Massami Uyeda, Quarta Turma, DJ de 6/8/2007, p. 493; e AgRg no REsp n. 695.304/RJ, relator Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, DJ de 5/9/2005, p. 263.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente